

CARVALHO, Thays Laynne Nodari. OLIVEIRA, Emilia Daniela Chuery Martins de. A maioria civil e o desacolhimento para adolescentes destituídos de poder familiar. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XIII, n. 22, jan/jun 2020. ISSN 2175-7119.

A MAIORIDADE CIVIL E O DESACOLHIMENTO PARA ADOLESCENTES DESTITUÍDOS DO PODER FAMILIAR

CIVIL ADULTHOOD AND THE UNFRIENDLY RECEPTION OF ADOLESCENTS DEPRIVED OF FAMILY POWER

Thays Laynne Nodari de Carvalho (¹)
Emilia Daniela Chuery Martins de Oliveira (**)

Resumo: O presente artigo pretende analisar as consequências da maioria civil para adolescentes que foram destituídos do poder familiar. Parte do objetivo geral de abordar quais os efeitos e consequências da maioria civil para os adolescentes acolhidos institucionalmente. Já os objetivos específicos desta pesquisa foram: verificar o Estatuto da Criança e do Adolescente conjuntamente com legislações complementares do ordenamento jurídico brasileiro, doutrinas, conhecedores e estudiosos da área, descrever quais as medidas de proteção aplicáveis quando os direitos da criança e do adolescente são ameaçados ou violados, em quais hipóteses ocorre à suspensão e a perda do poder familiar, bem como demonstrar as consequências do acolhimento institucional, pesquisar quais as políticas (programas e projetos) utilizadas pelo poder público e/ou privado voltados à preparação e auxílio no desligamento institucional do adolescente nos casos de desacolhimento por idade e apresentar quais as principais dificuldades encontradas pelo jovem após a maioria civil e o seu desacolhimento institucional.

Palavras chaves: Adolescente; maioria civil; destituição do poder familiar; acolhimento institucional; desligamento institucional; ECA.

Abstract: This study aims to analyse the consequences of the civil majority for adolescents who have been deprived of family power. Part of the overall objective of addressing the effects and consequences of civil adulthood on institutionally hosted adolescents. The specific objectives of this research were: to verify the Statute of the Child and Adolescent together with complementary legislations of the Brazilian legal system, doctrines, connoisseurs and scholars of the area, to describe which measures of protection are applicable when the rights of the child

O presente artigo foi elaborado por Thays LaynneNodari de Carvalho e parte de reflexões decorrentes do trabalho apresentado para aquisição do Bacharelado em Direito, sob orientação de Emilia Daniela Chuery Martins de Oliveira.

* Bacharel em Direito pela Uniopet, pós-graduanda em Direito Penal e Direito Processual Penal na ABDConst - Academia Brasileira de Direito Constitucional, estagiária de pós-graduação no Ministério Público do Estado do Paraná, e-mail: thays.nodari.decarvalho@gmail.com

**Mestre em Direito Mestre pela PPGD – PUCPR, pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e em Ensino de Ciências Humanas pela Faculdade P. João Bagozzi. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa /PR. Professora da Graduação da UniOpet. Professora convidada para Pós-graduação pela Universidade do Contestado /SC e pela UNIDOMBO. Advogada militante nas áreas de Direito Civil e Trabalho, e-mail: echuery@uol.com.br.

and the adolescent are threatened or violated, in which hypotheses occurs the suspension and the loss of the familiar power, as well as to demonstrate the consequences of the institutional reception, to research which the politics (programs and projects) used by the public power and private power directed to the preparation and aid in the institutional detachment of the adolescent in cases, disenfranchisement by age and present the main difficulties encountered by the young person after the civil age of majority and their institutional disenfranchisement.

Keywords: Adolescent; civil age of majority; removal of family power; institutional shelter; institutional separation; ECA.

1. Introdução

O Código Civil brasileiro descreve que a menoridade, em regra, cessa aos 18 anos completos. A partir de então o jovem está habilitado à prática de todos os atos da vida civil, teoricamente apto a encarar as responsabilidades da vida e as dificuldades da sociedade.

Num ambiente naturalmente preparado para a transição da maioridade civil fica evidente que o suporte familiar, afetivo e financeiro, bem como o sentimento de segurança que a família proporciona no desenvolvimento da criança e do adolescente auxiliam na preparação do jovem na nova etapa. Muitas vezes, fazendo com que esse momento seja apenas um marco de datas, já que as responsabilidades inerentes serão na maioria dos casos divididas entre os familiares.

Por outro aspecto, as crianças e adolescentes que por algum motivo relevante foram destituídos do poder familiar e não conseguiram ingressar em uma família substituta (adotiva), estando por consequência em situação de acolhimento, esse processo de transição da maioridade torna-se um pouco mais delicado e trabalhoso e requer dedicação e cautela.

A sensação de insegurança, o despreparo emocional, social e profissional, a ausência de afeto, as dificuldades do dia a dia são alguns dos principais obstáculos impostos ao adolescente, por conseguinte, requer do Poder Judiciário, das instituições de acolhimento, dos órgãos públicos e dos muitos multiprofissionais envolvidos no acompanhamento do adolescente uma atenção mais prudente e uma preparação específica, antecedente ao momento do desacolhimento e preparando-o para a nova etapa.

O trabalho tem como objetivo geral apresentar o cotidiano na área cível da infância e juventude, com ênfase às medidas de proteção à criança e adolescente aplicáveis caso haja violação dos seus direitos.

Especifica demonstrar ao leitor as situações que ensejam a suspensão e extinção do poder familiar, as consequências da perda do poder familiar, quais as medidas de proteção aplicáveis quando os direitos da criança e do adolescente são ameaçados ou violados, como se depreende o acolhimento institucional da criança ou adolescente, as consequências da maioridade civil, qual a preparação do adolescente para encarar as responsabilidades civil e posteriormente, eventuais dificuldades encontradas pelo jovem após o desacolhimento.

Acrescenta-se ao trabalho, pesquisa de campo elaborada com o intuito de corroborar e evidenciar quais os instrumentos (programas e projetos) em que o Poder Judiciário juntamente com demais órgãos relacionados à proteção da infância e juventude vêm desenvolvendo e aplicando nos interesses dos menores.

2. Aquisição da maioridade civil

Diversificam as legislações contemporâneas sobre o marco inicial da maioridade civil, cabendo ao representante legislativo de cada nação estabelecer o limite de idade de acordo com o histórico social de desenvolvimento da sua população, visando, contudo a dependência e a responsabilização de cada sujeito.

A Lei n. 10.406/2002 que instituiu o Código Civil Brasileiro², nos seus artigos 1º e 2º, expõe que toda pessoa, sem qualquer tipo de distinção, é capaz de direitos e deveres oriundos da vida civil. E a personalidade civil da pessoa começa no nascimento com vida, ressalvados os direitos do nascituro desde a sua concepção.

Vale ressaltar que o art. 3º da Lei nº 8.069/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA – prevê que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.³

² BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm> Acesso em: 03 out. 2018.

³ BRASIL. Lei n. 8.609, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/_03/Leis/L8069Compilada.htm> Acesso em: 04 out. 2018.

Porém, para usufruir e desfrutar dos seus direitos e contrair obrigações toda pessoa necessita de capacidade jurídica. No ordenamento jurídico brasileiro ela é subdividida em capacidade de direito e capacidade de fato. A capacidade de direito, também denominada de capacidade de gozo ou aquisição e capacidade de fato, que é a capacidade de exercício ou de ação. Esta última está relacionada à competência que a pessoa tem de praticar por si só todos os atos da vida civil.

A plenitude da capacidade civil é adquirida através da maioridade em razão da idade ou por meio da emancipação.

Em relação à maioridade através da idade, basta que a pessoa complete 18 (dezoito) anos e tenha plena capacidade civil. A emancipação (uma palavra de origem latim, *emancipatione*) usualmente utilizada na área jurídica, constitui uma declaração de maioridade concedida pelo responsável do menor incapaz, pelo juiz ou através da lei, a qual lhe adiantaria maioridade civil antes da previsão legal, quando apenas atingiria ao completar 18 (dezoito) anos.

A importância da capacidade no presente trabalho se apresenta no exato momento em que o menor ao atingir seus 18 anos, e adquirir a capacidade plena, deve se retirar do abrigo, o qual somente é destinado a menores.

3 O rompimento do poder familiar e suas consequências

O menor encaminhado ao abrigo, seja de forma definitiva ou provisória, sofreu rompimento ou a suspensão do poder familiar.

Previsto na Constituição Federal (art. 229), no Código Civil (art. 1630 e seguintes) e no ECA (art. 21 e 22), o poder familiar é o domínio que ambos os pais, sejam eles pais naturais, socioafetivos ou adotantes, têm sobre seus filhos em relação a sua educação e criação, bem como sobre os direitos e administração de seus bens, quais estão especificadamente enumerados no art. 1.634 do Código Civil.

Dispõe o art. 1.631 do Código Civil, que o poder familiar pode ser exercido em conjunto pelos responsáveis, estejam eles casados, conviventes em união estável ou separados, ou então, exclusivamente por um deles a depender do caso.⁴

⁴ BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm> Acesso em: 31 mar. 2019.

Pablo Stolze Gagliano e Randolph Pamplona Filho conceituam o poder familiar “como o plexo de direitos e obrigações reconhecidos aos pais, em razão e nos limites da autoridade parental que exercem em face dos seus filhos, enquanto menores e incapazes”.⁵ O poder familiar é um *múnus público*, irrenunciável, indelegável, intransferível e imprescritível.⁶

O exercício do poder familiar, em regra, é desempenhado até que os filhos atinjam a maioridade civil, contudo, ressalva-se a suspensão e extinção do poder familiar prevista no Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O poder familiar é uma responsabilidade inerente a algum membro da família (pai e/ou mãe), cessará nos casos naturais de extinção do poder familiar (por exemplo, a maioridade ou a morte), com a emancipação, ou poderá ser afastado em determinados casos, por decisão judicial (destituição). Não havendo nenhuma objeção natural jurídica, o detentor do poder familiar assumirá esta responsabilidade até a maioridade civil do adolescente ou até o momento de adoção nos casos em que ocorrer a extinção do poder familiar.

3.1 Suspensão e extinção do poder familiar

A suspensão do poder familiar está disciplinada no art. 1637 do Código Civil e art. 24 do ECA, e é uma medida temporária determinada judicialmente após a análise de alguma conduta grave praticada pelos pais.

Sílvio de Salvo Venoso explica que o procedimento poderá ser iniciado de ofício, a requerimento do Ministério Público ou de quem tenha interesse legítimo e o juiz suspende o poder familiar pelo prazo que achar cabível tomando as medidas que julgar necessárias. O autor destaca que “a suspensão é medida menos grave do que a destituição ou perda porque, cessados os motivos, extinta a causa que a gerou, pode ser restabelecido o poder paternal”.⁷

Discorrendo sobre a suspensão do poder familiar, Rolf Madaleno relaciona que poderá ocorrer nas hipóteses de

⁵ GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo curso de direito civil, volume 6 : direito de família – 8. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Cap. XXIV. Disponível em: <<https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:625918>>

⁶ GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, volume VI: Direito de Família – 14. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Tit. II. Cap. V Disponível em: <<https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:604516>>

⁷ VENOSA, Sílvio de Salvo, Direito Civil: Família, 17 ed. – São Paulo: Atlas, 2017. Cap. 13.

Abuso de autoridade do pai, ou da mãe, faltando eles aos deveres inerentes ao seu ofício parental ou arruinando os bens dos filhos. [...] também é causa de suspensão do exercício do poder familiar o pai ou a mãe condenados por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a dois anos de prisão.⁸

Paulo Lôbo, por sua vez, além das hipóteses anteriormente descritas, enumera como causas de suspensão do poder familiar, o “c) risco à segurança do filho; [...] e) ato de alienação parental. As hipóteses legais não excluem outras que decorram da natureza da autoridade parental.”⁹

Acrescentando, Carlos Roberto Gonçalves ressalta que “a suspensão pode ser total, envolvendo todos os poderes inerentes ao poder familiar, ou parcial [...] é também facultativa e pode referir-se unicamente a determinado filho”.¹⁰

Deste modo, conforme demonstrado, a suspensão pode ser entendida como uma advertência ou alerta a fim de repreender e coibir os detentores do poder familiar, que, por intermédio de suas ações ou omissões desprotejam ou prejudiquem o exercício e dever de proteção e cuidado aos filhos.

No que diz respeito ao conceito da extinção do poder familiar, qual está legalmente prevista no Código Civil e no ECA, relaciona-se basicamente com as causas naturais ou automáticas de extinção.

Para melhor entendimento, Paulo Lôbo conceitua brevemente e descreve as hipóteses de extinção do poder familiar como sendo

Interrupção definitiva da autoridade parental. As hipóteses legais (CC, art. 1635) são exclusivas, não se admitindo outras, porque implicam restrição de direitos fundamentais: morte dos pais ou do filho, emancipação do filho, maioridade, adoção e perda da autoridade parental.¹¹

Destacável observância de Madaleno no que diz respeito à extinção do poder familiar decorrente da adoção, ele assinala que

⁸MADALENO, Rolf. Direito de família– 7.ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017. Cap. 13.

⁹LÔBO, Paulo Luiz Neto. Direito Civil: volume 5: famílias – 8. ed. – São Paulo: Saraiva, 2018. Cap. XVI. Disponível em: <<https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:624375>>

¹⁰GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, volume VI: Direito de Família – 14. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Tit. II. Cap.V. Disponível em: <<https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:604516>>

¹¹LÔBO, Paulo Luiz Neto. Direito Civil: volume 5: famílias – 8. ed. – São Paulo: Saraiva, 2018. Cap. XVI Disponível em: <<https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:624375>>

A adoção é causa de extinção do poder familiar em relação aos pais biológicos, mas os pais precisam concordar com a renúncia ao seu poder familiar, salvo tenham deles sido destituídos, criando com a adoção um novo liame de poder familiar entre o adotante e o adotado, se for menor.¹² (grifou-se)

Evidente que as hipóteses de extinção previstas pelo legislador têm consequências a determinados fatos, já que não há sentido perdurar o poder familiar após a morte dos envolvidos, após a emancipação do adolescente (emancipação voluntária, judicial e legal), após a maioridade civil, após a adoção da criança ou adolescente ou após a destituição do poder familiar no que incorrer o previsto no art. 1.638 do Código Civil.

3.2 Destituição do poder familiar e seus principais motivos

Entende-se a destituição do poder familiar como sinônimo de perda e uma das espécies prevista no Código Civil no rol do artigo que menciona os casos de extinção do poder familiar.

Nesse entendimento, Rolf Madaleno anota que “a hipótese prevista no inciso V do artigo 1.635 do Código Civil implica a perda do poder familiar por ato judicial do pai ou da mãe” que incorrerem nas situações descritas no art. 1.638 do CC.¹³

Carlos Roberto explica sobre a destituição e relaciona os principais motivos de destituição descrevendo que a

Perda (ou destituição), que é causa de extinção familiar por decisão judicial (art. 1.635, V),[...] decorre de faltas graves, que configuram inclusive ilícitos penais e são especificadas no mencionado art. 1.638 do Código Civil: aplicação de castigos imoderados aos filhos (crime de maus-tratos), abandono (crimes de abandono material e intelectual), prática de atos contrários à moral e aos bons costumes (crimes de natureza sexual contra os filhos ou conduta inconveniente, como uso de entorpecentes ou entrega da mãe à prostituição) e reiteração de faltas aos deveres inerentes ao poder familiar.¹⁴

¹²MADALENO, Rolf. Direito de família– 7.^a ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017. Cap. 13.

¹³Ibid. cap. 13.

¹⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, volume VI: Direito de Família – 14. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Tít. II. Cap. V Disponível em: <<https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:604516>>

Convém mencionar que a Lei nº 13.715/2018 alterou e acrescentou alguns dispositivos no Código Penal, no ECA e no Código Civil sobre hipóteses de perda do poder familiar.¹⁵

Outra legislação que alterou dispositivos do ordenamento brasileiro foi a Lei n. 13.010/2014, também nominada como Lei da Palmada ou Lei do Menino Bernardo.¹⁶ Visando à dignidade da pessoa humana e a repressão de castigos imoderados contra os filhos, essa lei prevê as medidas a serem aplicadas aos agentes descumpridores.

Na visão de Madaleno a partir da edição dessa lei deve ser ponderado que “o castigo físico, tanto moderado como imoderado, é considerado ilícito e que os filhos devem ser educados através do diálogo e da compreensão, e não pelo exemplo da opressão física ou psicológica.”¹⁷

Por seu lado, assiste razão o autor quanto ao direito da criança ou adolescente de ter sua integridade física protegida de modo a ser educado e repreendido de forma menos prejudicial ao seu desenvolvimento físico e psíquico, evitando com isso formas abusivas de correção ou de autoridade parental.

Pondera-se também, a evolução cultural da sociedade e de seus integrantes quanto à reprovação de aplicação de castigos físicos e psíquicos degradantes no desenvolvimento humano.

4 O acolhimento institucional no âmbito brasileiro

As situações familiares que necessitaram a interferência do Poder Judiciário e resultaram na privação do poder familiar através da suspensão ou extinção desse poder conferido aos pais, desatam num outro momento impactante ao filho,

¹⁵ BRASIL. Lei n. 13.715, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13715.htm#art3> Acesso em: 26 mai. 2019.

¹⁶ BRASIL. Lei n. 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13010.htm> Acesso em: 26 mai. 2019

¹⁷ MADALENO, Rolf. Direito de família – 7.^a ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017. Cap. 13.

a retirada da família natural e o indispensável acolhimento institucional - quando não for possível a prevalência de sua permanência na família extensa.

No âmbito brasileiro, os problemas sociais são, muitas vezes, responsáveis pelos acolhimentos de centenas de crianças e adolescentes nas instituições voltadas a recepção e cuidado ou em famílias acolhedoras. A falta de assistência básica por parte do Estado ou dos responsáveis em fornecê-lo, o abandono material ou afetivo do menor, a desestruturação familiar, o abuso dos pais e responsáveis e os vícios químicos em geral, são algumas das eventualidades que poderão ensejar a suspensão ou extinção do poder familiar e, por conseguinte se não houver algum membro da família extensa apta a resguardar o convívio do menor na família natural, ele será realocado nas conhecidas instituições de acolhimento ou em programas voltados ao acolhimento familiar.

Em relação a alguns problemas atinentes ao acolhimento de menores no Brasil, essa adversidade vem de várias épocas. Na história há muitos relatos da institucionalização de menores nos conhecidos “orfanatos”, onde, muitas vezes a sua permanência perdurava por longos períodos acarretando a privação dos seus direitos e criando um elo referencial do abrigo como sua única forma de conviver num ambiente próximo ao familiar.

Porém atualmente, quando se aplica essa modalidade de medida de proteção, as autoridades e profissionais estão mais preparados e os ambientes mais receptivos e acolhedores, tirando aquele ar sombrio de abandono e fazendo com que a rotina dos menores esteja mais parecida possível do convívio familiar tradicional.

Nesse período de afastamento do lar natural a criança ou adolescente recebe os cuidados básicos necessários (saúde, moradia, educação, acompanhamento psicológico, convívio social) do poder público e de profissionais que atuam nos programas de assistência social. Tem na realidade, mesmo com algumas dificuldades estruturais do sistema e da instituição, a garantia de seus direitos sociais, fundamentais e individuais resguardados conforme disponibilidade dos recursos oferecidos pelos responsáveis.

Assegurando esses direitos às pessoas mais sutis, a Constituição da República Federativa do Brasil, no seu art. 227, com redação determinada pela EC n. 65/ 2010 garante que

[...] É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.¹⁸

A proteção, fiscalização e observância desses direitos caberá ao Ministério Público, já que se trata de matéria de interesse de incapaz, conforme previsão no Código de Processo Civil. Destaca-se que a intervenção do Ministério Público é imediata e prioritária nesses casos.

Em conjunto com o Ministério Público e a Vara da Infância e Juventude, outros órgãos (Conselho Tutelar, CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social) deverão auxiliar na assistência de forma preventiva, ou então, na execução de medidas aplicáveis, observadas a competência de atuação dos referidos órgãos.

4.1 Causas e tempo de permanência

Se porventura os direitos fundamentais inerentes à infância e juventude forem ameaçados ou violados, o ECA dispõe de um rol de medidas a serem tomadas pela autoridade competente se verificada alguma situação considerada de risco. Dentre essas medidas, uma das mais impactantes é a retirada do menor do convívio familiar natural e seu acolhimento.

O ECA, no art. 98 descreve em quais situações serão aplicadas as medidas específicas de proteção, são as seguintes: “ I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II- por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta”.¹⁹

O art. 101 no mesmo dispositivo legal relaciona quais os tipos de medidas que serão tomadas em caso de não cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, a título de melhor explicação e entendimento, lista-se abaixo os incisos do artigo mencionado

¹⁸BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 21 mai. 2019.

¹⁹ BRASIL. Lei n. 8.609, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:<www.planalto.gov.br/_03/Leis/L8069Compilada.htm> Acesso em: 21 mai. 2019

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - acolhimento institucional;
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;
- IX - colocação em família substituta.(grifou-se)²⁰

No que condiz o tempo de acolhimento institucional, o ECA, art. 19 parágrafo 2º, descreve que a permanência do acolhido não se prolongará por mais de 18 (dezoito) meses, salvo em casos que comprove a necessidade de maior permanência.

Porém, não são raros os casos de adolescentes destituídos do poder familiar que não foram reinseridos em família substitutas/adotivas, fazendo com que a medida provisória e excepcional do acolhimento institucional e familiar tornar-se-á contínua até o desligamento por idade do adolescente.

Geralmente isso ocorre em casos de crianças e adolescentes destituídos do poder familiar, que por uma questão cultural da sociedade brasileira ultrapassaram a idade média de adoção, por não se enquadrarem nas opções das famílias inscritas no Cadastro Nacional de Adotantes e sua adoção tardia não obteve sucesso.

E por necessitarem de cuidados e proteção do Estado, esses adolescentes deverão continuar abrigados, em regra, até completarem 18 (dezoito) anos, quando serão preparados para o seu desligamento institucional, exceção aos que são considerados relativamente incapazes.

4.2 Modalidades de acolhimento institucional.

As entidades responsáveis pelo acolhimento e assistência aos menores desacolhidos, são em regra, uma moradia provisória até que o problema seja solucionado. Devem seguir um padrão de medidas estabelecidas pela legislação,

²⁰ BRASIL. Op. cit.

proporcionando um ambiente familiar harmonioso, com cuidados básicos e acompanhamento de profissionais específicos, como por exemplo, médico, psicólogo, nutricionista e assistente social.

A família que obteve o afastamento do menor também recebe cuidados e acompanhamentos de profissionais, sejam do Conselho Tutelar, CAPS, CRAS ou CREAS, sendo que cada órgão, conforme descrito anteriormente, atua na especificidade de seu preparo e atendimento.

O art. 101, § 1º do ECA dispõe que o acolhimento institucional ou familiar serão medidas de proteção interinas e excepcionais utilizadas até a reintegração da criança ou adolescente no âmbito familiar ou, colocação em família substituta, e não deverá privar a liberdade do menor.²¹

As modalidades de acolhimento que, segundo os parâmetros previstos no documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” aprovado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1 de 2009, podem ser:

a) Acolhimento institucional na modalidade de abrigo: unidade institucional inserida na comunidade parecida com uma residência, destinada ao atendimento de até 20 crianças e/ou adolescentes, objetivando um ambiente acolhedor. “O atendimento deverá ser personalizado e em pequenos grupos, e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos”. Caso necessidade e não haja qualquer tipo de discriminação ou segregação, poderão ser criados espaços especializados para atendimento específicos, como por exemplo, abrigos para adolescentes grávidas ou com filhos e crianças ou adolescentes em situação de rua;²²

b) Acolhimento institucional na modalidade casa-lar: unidade residencial que conta com auxílio de ao menos 1 (um) educador/cuidador residente (em uma residência institucional), com atendimento de até 10 crianças ou adolescentes. Esse “serviço visa estimular o desenvolvimento de relações mais

²¹ BRASIL. Lei n. 8.609, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/_03/Laeis/L8069Compilada.htm> Acesso em: 21 mai. 2019.

²² CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Conselho Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília. 2009. P. 68. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-technicas-servicos-de-acolhimento.pdf> Acesso em 29 mai. 2019.

próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade”²³;

c) Acolhimento familiar: é desenvolvido em famílias acolhedoras voluntárias, previamente cadastradas, orientadas e preparadas para o acolhimento da criança ou adolescente num ambiente familiar próprio. Visa o atendimento em ambiente familiar com garantia de cuidados individuais, e convivência comunitária, “permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente”. De acordo com a legislação local onde for instituída esta modalidade de acolhimento, a família acolhedora poderá contar com auxílio material ou financeiro para suprir os gastos e necessidades da criança ou adolescente²⁴;

d) República: serviço de acolhimento para jovens entre 18 e 21 anos em situações de risco ou vulneráveis; com vínculos familiares frágeis ou rompidos; em processo de desligamento institucional sem sucesso na reinserção familiar ou em família substituta e sem meios próprios de subsistência. É excepcionalmente indicado para o acolhimento de “jovens em processo de desligamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes por terem completado a maioridade, porém que ainda não tenham conquistado a autonomia.”²⁵

A alteração legislativa proposta pela Lei n. 12.010 de 2009, incorporou ao ECA o acolhimento familiar como a modalidade mais indicada, uma vez que objetiva um acolhimento adequado ao desenvolvimento do menor, pois prevê temporariamente a manutenção da criança ou adolescente num ambiente familiar apto a recebê-lo, prevalecendo o atendimento ao afeto, carinho e individualização na proteção e seus direitos.²⁶

Neste mesmo sentido, o II Encontro de Magistrados da Infância e Juventude do Paraná elaborou enunciado sobre o tema de medidas de proteção onde descreve que “não é de competência do Poder Judiciário a execução dos serviços

²³ Ibid. p. 75.

²⁴ Ibid. p. 82.

²⁵ Ibid. p. 92.

²⁶BRASIL. Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm> Acesso em: 12 jun. 2019.

de acolhimento familiar, mas é dever do Poder Judiciário, articular e estimular a sua implementação preferencial”.²⁷

Antevendo o momento da maioridade civil do adolescente, o Manual de Acolhimento Familiar da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná recomenda e orienta aos legisladores municipais que regulamentam o programa de acolhimento na modalidade acolhimento familiar pelo motivo que

A experiência nos mostra que, muitas vezes, os jovens que completam 18 (dezoito) anos ainda não estão suficientemente preparados para a vida independente ou adulta. Muitos apresentam déficit escolar, atraso nos estudos (originários de famílias desorganizadas e negligentes), têm alguma dificuldade de aprendizagem etc. Diante disso, é importante que a Lei Municipal que crie e regule o Serviço de Acolhimento Familiar permita, excepcionalmente, que permaneçam nas famílias acolhedoras por mais tempo (até os 21 anos), com acompanhamento e monitoramento. Assim, ganham-se três preciosos anos que podem ser utilizados para o estudo, a preparação profissional e a inserção do jovem no mercado de trabalho.²⁸

Ademais, faz-se necessário explicar que os projetos e programas sociais mais corriqueiros voltados à modalidade de apadrinhamento de crianças e adolescentes são: o apadrinhamento afetivo, provedor e financeiro.

O Ministério Público do Estado do Paraná define que o objetivo do apadrinhamento é

Voltado a meninos e meninas que já têm idade em que a adoção é mais difícil, é minimizar os efeitos negativos decorrentes de uma institucionalização de longo prazo, como a falta de cuidado individualizado, a autoestima prejudicada e a dificuldade de interação social. Existem diferentes modalidades de apadrinhamento, como o afetivo, em que se visita o afilhado regularmente, proporcionando uma relação de família e de troca de afeto, e o provedor, em que é dado suporte material ou financeiro, como o custeio de cursos profissionalizantes.²⁹

²⁷ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Enunciado 10 do II Encontro de Magistrados da Infância e Juventude do Paraná. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/documents/116858/5823140/Ata+II_Encontro.pdf/3d115aba-6f80-355f-7248-d865ef40b343> Acesso em: 29 mai. 2019.

²⁸ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Acolhimento Familiar – Orientações Iniciais. Corregedoria-Geral da Justiça. Volume 3. Biênio 2017-2018. Disponível em: <<https://www.tjpr.jus.br/documents/11900/4588702/Manual+de+Acolhimento+Familiar+-+Orienta%C3%A7%C3%B5es+Iniciais/c28d62b6-0f50-242b-4f50-8d3acb0f303c>> Acesso em: 29 mai. 2019. P. 21.

²⁹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. Assessoria de Comunicação. Criança e Adolescente, 30 jul. 2018. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/2018/07/20700,37/Projeto-de->

Diversas entidades públicas na maioria das vezes em parcerias com as entidades privadas preveem a possibilidade de pessoas apadrinharem as crianças e adolescentes que convivem em acolhimento institucional com intuito de prover assistência afetiva e garantir o convívio na comunidade, custear as despesas do acolhido e proporcionar uma perspectiva profissional e social.

4.3 Quantidade de acolhidos por idade e por Estados

Na busca de uniformização de sistema integrado com diversos órgãos e servidores, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ disponibiliza o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas - CNCA³⁰, um sistema que é atualizado constantemente através das guias de acolhimento e desacolhimento obrigatórias a serem utilizadas pelas Varas de Infância e Juventude, conforme a Normativa n.3 do CNJ e disponível para consulta pública, observem a seguir a quantidade de acolhidos nacionalmente, relacionados por idade

apadrinhamento-de-criancas-e-adolescentes-e-lancado-em-Curitiba.html>Acesso em: 28 mai. 2019.

³⁰O sistema CNCA foi desenvolvido com o objetivo de criar um sistema online contendo dados das entidades de acolhimento e de crianças/adolescentes acolhidos. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude/20545-cadastro-nacional-de-criancas-acolhidas-cnca>>Acesso em: 29 mai. 2019.

Idade	Total
	2230
0	1914
1	1783
2	1581
3	1616
4	1551
5	1612
6	1662
7	1724
8	1834
9	1992
10	2113
11	2195
12	2382
13	2816
14	2918
15	3114
16	3121
17	2984
18	1483
19	967
20	775
21	721
22	602
23	488
24	429
25	340
26	177
27	8
Sem data de nascimento cadastrada	478
Total	47628

31

É notável através dos números apontados no relatório acima, a ampla porcentagem de adolescentes acolhidos na faixa etária de 12 a 18 anos, os quais possuem maiores dificuldades em serem reestabelecidos na sua família natural ou extensa ou então adotados, e que futuramente, muito provável, enfrentarão o desacolhimento institucional decorrente da maioridade civil.

A relação abaixo, disponível no CNCA em relação à quantidade de crianças e adolescentes acolhidos por Estados brasileiros demonstra onde o acolhimento se apresenta mais intenso.

³¹CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>> Acesso em: 26 mai. 2019.

Estado	Total
Acre	219
Alagoas	665
Amapá	327
Amazonas	327
Bahia	1508
Ceará	1272
Distrito Federal	435
Espírito Santo	1107
Goiás	1621
Maranhão	440
Mato Grosso	610
Mato Grosso do Sul	1041
Minas Gerais	5070
Pará	1160
Paraíba	569
Paraná	3507
Pernambuco	1484
Piauí	476
Rio de Janeiro	4613
Rio Grande do Norte	295
Rio Grande do Sul	4798
Rondônia	376
Roraima	196
Santa Catarina	1774
São Paulo	13226
Sergipe	355
Tocantins	157
Total	47628

32

Nota-se que a região brasileira que possui maior quantidade de crianças e adolescentes acolhidos é a região sudeste, com pouco mais de 50 % (cinquenta por cento) do total de acolhidos nacionalmente, seguida da região sul, nordeste, centro-oeste e norte.

5Desligamento institucional: barreiras e soluções

Momento crucial na relação do menor com a instituição. O desligamento institucional ocorre quando o acolhido volta ao convívio familiar natural ou na família extensa, reinserido em uma família substituta ou então quando é desligado por atingir a maioridade civil.

³²CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>> Acesso em: 26 mai. 2019.

Nos casos de destituição do poder familiar onde não houve êxito na reinserção do adolescente em família substituta, a maioria civil traz consigo o desacolhimento por idade. Momento um tanto quanto delicado para o desenvolvimento da nova etapa na vida social, momento em que o adolescente deverá se desligar da instituição que o acolheu e contando com uma formação e auxílio que obteve na preparação de seu desligamento, dar início aos desafios pós desacolhimento.

O ECA, no art. 92, destaca alguns princípios que as entidades de acolhimento institucional ou acolhimento familiar devem adotar, são eles: preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; atendimento personalizado; desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; preservar a união de grupo de irmãos; evitar a transferência de crianças e adolescentes abrigados entre as entidades; participação na comunidade local; preparação gradativa para o desacolhimento e participação de pessoas da comunidade no processo educativo.³³

Esse momento de transição visa preparar e auxiliar o adolescente antes, e acompanhá-lo, se necessário, após o desligamento institucional. No entanto, o procedimento necessário para a eficácia das ações necessita do ativismo dos órgãos responsáveis na proteção dos direitos da infância e juventude e da qualificação das equipes envolvidas, para que almejem o resultado pretendido, de acordo com o melhor interesse da criança e adolescente e em conformidade com as legislações e diretrizes estabelecidas.

A preparação do adolescente para a saída do ambiente onde foi seu lar por determinado tempo, é algo minucioso que requer o trabalho de equipe multidisciplinar especializada, objetivando com que o jovem não sinta um choque emocional e um sentimento de perda e insegurança na nova etapa de vida.

Ao analisar o princípio que prevê o desligamento institucional gradativo do adolescente, quais as entidades de acolhimento e as equipes multidisciplinares devem se atentar com o intuito de orientar quando ao procedimento ideal no preparo do adolescente, a Resolução nº 71 de 15 de junho de 2011 do CNMP

³³ BRASIL. Lei n. 8.609, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:<www.planalto.gov.br_03/Leis/L8069Compilada.htm> Acesso em: 25 mai. 2019.

norteia o procedimento a ser empregado nessas situações. O art. 6º da Resolução descreve basicamente que, caso haja adolescente em situação de acolhimento com remotas possibilidades de reintegração familiar ou colocação em família substituta, o membro do Ministério Público deverá observar se a equipe multidisciplinar e interprofissional “esteja adotando as medidas necessárias para o fortalecimento de sua autonomia, a garantia de sua escolarização e profissionalização, nesta última hipótese apenas se tiver idade superior a 14 (quatorze) anos”.³⁴ A medida a ser observada se dá, quando possível, ao fortalecimento de vínculos afetivos nos programas de apadrinhamento.

Do mesmo modo, demonstrando preocupação e cautela quando a isso, o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná, elaborado com apoio de diversos órgãos e entidades públicos e privados, estabelece o aperfeiçoamento das iniciativas voltadas aos adolescentes objetivando

A promoção de autonomia de suas vidas, que exige o desenvolvimento dos assistidos para a qualificação e independência, atrelada à preparação para a saída do acolhimento institucional. O atendimento deve se pautar na orientação para aprender a lidar com a liberdade, no apoio ao fortalecimento dos vínculos comunitários, na escolarização e qualificação profissional, com a construção de um projeto de vida, recebendo, assim, preparação gradativa para o desligamento da entidade e o exercício da vida adulta.³⁵

Algumas preparações são oferecidas aos adolescentes, como por exemplo, assistência psicológica, projetos sociais, políticas públicas, e o mais importante, programas de profissionalização aos adolescentes acolhidos, o qual proporciona um caminho para a independência financeira e fortalecimento de vínculo com a sociedade em geral.

Em especial ao programa de profissionalização, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em conjunto com diversas instituições públicas e privadas, desenvolveu um projeto que visa oferecer aos jovens acolhidos ferramentas para

³⁴CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Resolução nº 71 de 15 de junho de 2011. Dispõe sobre atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolucao-0711.pdf>> Acesso em: 29 mai. 2019.

³⁵SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ. PLANO decenal dos direitos da criança e do adolescente do estado do Paraná: 2014-2023. Curitiba: SECS, 2013. P. 252. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/plano_decenal/PlanoDecenaldigital.pdf> Acesso em: 13 jun. 2019.

sua autonomia. Esse programa conhecido como “Jovens Promissores”, contam com oficinas de capacitação, cursos profissionalizantes, palestras educativas e ofertas de estágios para ingressar no mercado de trabalho.³⁶

Quanto a este programa idealizado pela 2º Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consta como objetivo

Atender adolescentes a partir de 14 anos de idade, que estejam em acolhimento institucional em Curitiba e Região Metropolitana, a iniciativa também pretende buscar encaminhamentos de estágios e empregos para os participantes. Com isso, paralelamente ao desenvolvimento de oficinas e visitas a diversas instituições, a equipe de trabalho vem realizando contato com diversas empresas e associações [...]
Mobilizar esforços por parte do Poder Judiciário e de diversos setores do poder público e da sociedade, a iniciativa busca oferecer ferramentas para que os adolescentes acolhidos desenvolvam as condições de assumirem o papel de protagonistas de suas próprias histórias, tornando o desligamento dos programas de acolhimento menos traumático.³⁷

O cuidado com a profissionalização, capacitação e orientação aos adolescentes quanto às responsabilidades da vida adulta é um ponto que está sendo cada dia melhor aprimorado e desenvolvido. É uma responsabilidade atinente ao dever de proteção e assistência das autoridades nacionais. Torna-se jovem com uma bagagem profissional adequada é uma oportunidade de prosperar quanto pessoa e quanto cidadão.

As principais barreiras enfrentadas após a saída da instituição é a independência financeira e a inserção no mercado de trabalho, ambas interligadas. Neste momento, por infeliz realidade, a maioria dos jovens não contam com o auxílio da família para orientar e apoiar nas tomadas de decisões e no início da vida adulta, o que causa maior insegurança e poderá ser um aval para tomar iniciativas negativas.

Em alguns casos, quando o jovem encontrar dificuldades para iniciar sua independência, o poder público deverá ajudá-lo e auxiliá-lo prestando assistência

³⁶TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: https://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/tjpr-convida-empresarios-paranaenses-a-oferecer-vagas-de-emprego-a-participantes-do-programa-jovens-promissores-18319 Acesso em 15 mai. 2019.

³⁷TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. 2ª Vice-Presidência. Disponível em: https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/1IKI/content/programa-jovens-promissores-conquista-as-primeiras-vagas-de-estagio-e-emprego-para-participantes/18319?inheritRedirect=false Acesso em: 30 mai. 2019.

e visando protegê-lo com base no princípio da solidariedade e da assistência social aos necessitados.

Para dar suporte positivo na independência do futuro cidadão, imprescindível é o apoio afetivo, psicológico e profissionalizante para que este jovem se adapte ao mercado de trabalho e consiga oportunidades para manter-se financeiramente, com objetivando adquirir e suprir suas necessidades básicas e conviver em sociedade estabelecendo metas profissionais e pessoais.

Em breve pesquisa sobre alternativas para enfrentar o tema proposto, dentre muitos projetos e programas, um tanto com iniciativa própria dos Tribunais de Justiça em parceria com entidades, pessoas jurídicas e físicas, outros desenvolvidos e coordenados por ONGs, objetivando o auxílio afetivo, financeiro, provedor e profissional de crianças e adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar antes de sua maioridade, lista-se abaixo alguns dos principais projetos e programas utilizados e incentivados pelos Tribunais de Justiça do país.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA	PROGRAMA/PROJETO
Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Projeto Padrinhos ³⁸
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	Projeto de Apadrinhamento ³⁹
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	Apadrinhamento Social ⁴⁰
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	Projeto Apadrinhar: A proteção acontecendo sob nova perspectiva ⁴¹
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	Família para Todos ⁴²

³⁸TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE. Disponível em: <https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2014/05/COGER_TJAC_Cartilha_de_Apadrinhamento_Crianças_Adolescentes.pdf> Acesso em: 25 mai. 2019

³⁹TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS. Disponível em: <<http://www.tjal.jus.br/comunicacao2.php?pag=verNoticia¬=10129>> Acesso em 25 mai. 2019

⁴⁰TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ. Disponível em: <<http://www.tjap.jus.br/portal/publicacoes/projetos-sociais/851-apadrinhamento-social.html>> Acesso em: 25 mai. 2019

⁴¹TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <<https://sistemas.tjam.jus.br/coij/?p=2989>> e <http://abraminj.org.br/Painel/arquivos/projeto_apadrinhar_a_protecao_acontecendo_sob_nova_perspectiva_pdf.pdf> Acesso em 25 mai. 2019

⁴²TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: <<http://www5.tjba.jus.br/portal/wp-content/uploads/2018/05/Informativo-n.2.pdf>> Acesso em 25 mai. 2019

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	Apadrinhe uma criança – É simples como amar ⁴³
Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e dos Territórios	Anjos do Amanhã ⁴⁴
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	Projetos de Apadrinhamento ⁴⁵
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	Anjo da Guarda ⁴⁶
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	Juntos Somos Mais ⁴⁷
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso	Projeto Padrinhos ⁴⁸
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	Projeto Padrinho ⁴⁹
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	Programa de Orientação, Trabalho e Oportunidades – Porto ⁵⁰
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Conta Comigo? ⁵¹
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	Meu Padrinho Legal ⁵²

⁴³ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <<https://www.tjce.jus.br/noticias/tjce-inicia-campanha-para-incentivar-programa-de-apadrinhamento-de-criancas/>> Acesso em 25 mai. 2019

⁴⁴TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/programas-projetos-e-aco-es/anjos>> Acesso em 25 mai. 2019

⁴⁵TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <<http://www.tjes.jus.br/tj-dispoe-sobre-projetos-de-apadrinhamento/>> Acesso em 25 mai. 2019

⁴⁶TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. Disponível em: <<https://www.tjgo.jus.br/index.php/projetos-e-aco-es-juizado-infancia/programa-anjo-da-guarda>> Acesso em 25 mai. 2019.

⁴⁷ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO. Disponível em: <<http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/sessao/50/publicacao/413900>> Acesso em 25 mai. 2019

⁴⁸TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO. Disponível em: <<https://corregedoria.tjmt.jus.br/arquivo/f2e887b4-e160-4a59-aaeb-9ac8d69c1c60/cartilha-padrinhos-pdf>> Acesso em 25 mai. 2019.

⁴⁹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. Disponível em: <http://www.tjms.jus.br/projetos/projeto_padrinho.php> Acesso em 25 mai. 2019.

⁵⁰ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/hotsites/relatorio-de-gestao-2016-a-2018/projeto-porto.htm#.XOImNtJKJIU>> Acesso em 15 mai. 2019

⁵¹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. Disponível em: <<http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=350914>> Acesso em 25 mai. 2019

⁵² TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA. Disponível em: <<https://www.tjpb.jus.br/noticia/projeto-meu-padrinho-legal-promove-o-apadrinhamento-de-19-criancas-e-adolescentes>> Acesso em 25 mai. 2019.

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	Jovens Promissores ⁵³
Tribunal de Justiça do Estado do Pernambuco	Programa Pernambuco que Acolhe ⁵⁴
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Apadrinhar: Amar e Agir para Realizar Sonhos ⁵⁵
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	Eu existo e quero ser sua família. Apadrinhamento provedor e afetivo ⁵⁶
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	Projeto Apadrinhar ⁵⁷
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Apadrinhando uma História ⁵⁸
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	Apadrinhamento Afetivo ⁵⁹
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	Programa Novos Caminhos ⁶⁰
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	Parceira com o Sebrae ⁶¹ – apadrinhamento afetivo/financeiro ⁶²

⁵³TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/tjpr-convida-empresarios-paranaenses-a-oferecer-vagas-de-emprego-a-participantes-do-programa-jovens-promissores-18319> Acesso em 15 mai. 2019

⁵⁴TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Disponível em: <<http://www.tjpe.jus.br/web/infancia-e-juventude/apadrinhamento/pernambuco-que-acolhe>> Acesso em 15 mai. 2019.

⁵⁵TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://infanciaejuventude.tjrj.jus.br/informacoes/docs/cartilha-apadrinhamento.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2019.

⁵⁶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Disponível em: <<http://euexistojrn.jus.br/pt/apadrinhamento/apadrinhamento-provedor>> Acesso em: 24 mai. 2019.

⁵⁷TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://jij.tjrs.jus.br/cij.php?pagina=cij-apadrinhar>> Acesso em: 15 mai. 2019.

⁵⁸ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Disponível em: <<https://www.tjro.jus.br/juizado-infjuv-apadrinhando>> Acesso em: 25 mai. 2019.

⁵⁹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA. Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/Crianças-do-abrigo-Pedra-Pintada-serao-as-primeiras-contempladas-com-projeto/31166>> Acesso em: 25 mai. 2019.

⁶⁰TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/web/infancia-e-juventude/acoes-e-projetos/novos-caminhos>> Acesso em: 15 mai. 2019.

⁶¹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/noticias/Noticia?codigoNoticia=38773>> Acesso em: 15 mai. 2019.

⁶²TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<https://tjsp.jus.br/ApadrinhamentoAfetivo>> Acesso em: 15 mai. 2019.

Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe	Programa Ser Humano ⁶³
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	Não encontrado

Conforme análise do quadro acima se percebe que praticamente quase todos os Tribunais de Justiça dos Estados brasileiros em menção a área da infância e juventude, vêm desenvolvendo, implantado e estimulando nos respectivos Tribunais os programas e projetos voltados ao acolhimento familiar ou apadrinhamento de crianças e jovens.

6 Considerações finais

A criança e o adolescente têm o direito resguardado de ser criado e conviver num ambiente familiar que atenda às necessidades básicas e os cuidados necessários, incluindo afeto, amor, carinho e cuidado.

Quando isso não é possível na família natural e em decorrência da ameaça ou violação aos direitos inerente à infância e juventude, entra em cena a instituição de acolhimento, o acolhimento familiar, a família substitua ou o apadrinhamento afetivo.

Os dados numéricos demonstram que a quantidade de acolhidos na fase adolescente são expressivas e preocupantes. As autoridades responsáveis por prover as necessidades básicas e pela proteção dos direitos fundamentais da infância e juventudes, atentadas e preocupadas com o destino e o desenvolvimento dessas pessoas que se encontram vulneráveis, caminham num objetivo único de preparar, orientar e capacitar a criança e o adolescente acolhido.

Observou-se através desta pesquisa o essencial suporte e preparo emocional, educacional e profissionalizante ao adolescente antes da sua maioridade civil, para que, após o seu desacolhimento, ou seja, após seu desligamento da instituição ou da família acolhedora em decorrência de completar 18 (dezoito) anos, ele possa sentir-se capacitado para encarar as

⁶³TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO SERGIPE. Disponível em: <<http://www.tjse.jus.br/infanciaejuventude/acoes-e-projetos/programa-de-apadrinhamento>> Acesso em: 15 mai. 2019.

responsabilidades e desafios do cotidiano e da sociedade, tornando-se um cidadão preparado e confiante, com principal objetivo de auto sustentar.

O Poder Judiciário, o Ministério Público e as autoridades políticas, juntamente com instituições de iniciativa privada ou ONGs, visando à proteção da criança e do adolescente, principalmente voltadas às questões afetivas, profissionais e na independência do acolhido, estimulam e desenvolvem projetos e programas, onde profissionais de diversas áreas e cidadãos comuns proporcionam um futuro melhor ao acolhido através de capacitação, orientação e oportunidades que serão essências no desenvolvimento na fase adulta.

Por fim, demonstra o estudo que os referidos, programas, projetos e políticas públicas voltadas ao atendimento do adolescente estão se aprimorando e demonstrando resultados positivos, fazendo com que as dúvidas e insegurança dos jovens com a nova fase adulta sejam apaziguadas com a maturidade, com o incentivo e com as oportunidades que a sociedade proporciona.

Referências

BEVILÁQUA, Clóvis. **Theoria Geral do Direito Civil**. Campinas: Red Livros, 1999

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de Outubro de 1988.

_____. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990: “Estatuto da Criança e do Adolescente”.

_____. Lei Federal n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002: “Código Civil”.

_____. Lei Federal n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

_____. Lei Federal n. 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei n. 13.715, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990

(Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>>

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Resolução n. 71 de 15 de junho de 2011. “Dispõe sobre atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências”. Disponível em: <<http://www.cncmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-0711.pdf>>

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Conselho Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf>

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo curso de direito civil**, volume 6 : direito de família – 8. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

_____. Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**, volume VI: Direito de Família – 14. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Direito Civil**: volume 5: famílias – 8. ed. – São Paulo: Saraiva, 2018.

MADALENO, Rolf. **Direito de família**– 7.^a ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. Assessoria de Comunicação. Criança e Adolescente, 30 jul. 2018. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/2018/07/20700.37/Projeto-de-apadrinhamento-de-criancas-e-adolescentes-e-lancado-em-Curitiba.html>>

MONTEIRO, Washington de Barros; Ana Cristina de Barros Monteiro França Pinto. **Curso de Direito Civil**, volume 1: Parte Geral, 42 ed. – São Paulo: Saraiva. 2009.

SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ. PLANO decenal dos direitos da criança e do adolescente do estado do Paraná: 2014-2023. Curitiba: SECS, 2013. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/plano_decenal/PlanoDecenaldigital.pdf>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE. Cartilha de Apadrinhamento de Crianças e Adolescentes. Projeto Padrinhos. Disponível em: <<https://www.tjac.jus.br/wp->

content/uploads/2014/05/COGER_TJAC_Cartilha_de_Apadrinhamento_Criancas_Adolescentes.pdf>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS. Voluntários podem apadrinhar crianças em abrigos através do Judiciário. Disponível em: <<http://www.tjal.jus.br/comunicacao2.php?pag=verNoticia¬=10129>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ. Apadrinhamento Social. Disponível em: <<http://www.tjap.jus.br/portal/publicacoes/projetos-sociais/851-apadrinhamento-social.html>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS. Projeto Apadrinhar. A proteção acontecendo sob nova perspectiva. Disponível em: <<https://sistemas.tjam.jus.br/coij/?p=2989> e http://abraminj.org.br/Painel/arquivos/projeto_apadrinhar_a_protecao_acontecendo_sob_nova_perspectiva_pdf.pdf>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA. Família para todos - Adoção, Apadrinhamento e Apoio. nº2. Ano 1. Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/portal/wp-content/uploads/2018/05/Informativo-n.2.pdf>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. TJCE inicia campanha para incentivar programa de apadrinhamento de crianças. Disponível em: <<https://www.tjce.jus.br/noticias/tjce-inicia-campanha-para-incentivar-programa-de-apadrinhamento-de-criancas/>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. A Rede Solidária – Anjos do Amanhã. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/programas-projetos-e-aco-es/anjos>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. TJ dispõe sobre Projetos De Apadrinhamento. Disponível em: <<http://www.tjes.jus.br/tj-dispoe-sobre-projetos-de-apadrinhamento/>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. Programa Anjo da Guarda. Disponível em: <<https://www.tjgo.jus.br/index.php/projetos-e-aco-es-juizado-infancia/programa-anjo-da-guarda>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO. Lançado projeto de apadrinhamento de crianças e adolescentes que vivem em abrigos de São Luís. Disponível em: <<http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/sessao/50/publicacao/413900>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO. Você pode fazer parte dessa família. Projeto Padrinhos. Disponível em: <<https://corregedoria.tjmt.jus.br/arquivo/f2e887b4-e160-4a59-aaeb-9ac8d69c1c60/cartilha-padrinhos-pdf>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. Projeto Padrinho. Disponível em: <http://www.tjms.jus.br/projetos/projeto_padrinho.php>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Projeto Porto. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/hotsites/relatorio-de-gestao-2016-a-2018/projeto-porto.htm#.XOImNtJKjIU>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. Programa de Apadrinhamento de Crianças e Adolescentes Acolhidos Conta Comigo. Disponível em: <<http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=350914>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA. Projeto Meu Padrinho Legal. Disponível em: <<https://www.tjpb.jus.br/noticia/projeto-meu-padrinho-legal-promove-o-apadrinhamento-de-19-criancas-e-adolescentes>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Jovens Promissores – TJ/PR. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/tjpr-convida-empresarios-paranaenses-a-oferecer-vagas-de-emprego-a-participantes-do-programa-jovens-promissores-/18319>

_____. Acolhimento Familiar – Orientações Iniciais. Corregedoria-Geral da Justiça. Volume 3. Biênio 2017-2018. Disponível em: <<https://www.tjpr.jus.br/documents/11900/4588702/Manual+de+Acolhimento+Familiar++Orienta%C3%A7%C3%B5es+Iniciais/c28d62b6-0f50-242b-4f50-8d3acb0f303c>>

_____. Enunciado 10 do II Encontro de Magistrados da Infância e Juventude do Paraná. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/documents/116858/5823140/Ata+II_Encontro.pdf/3d115aba-6f80-355f-7248-d865ef40b343>

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. 2ª Vice-Presidência. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/1IKI/content/programa-jovens-promissores-conquista-as-primeiras-vagas-de-estagio-e-emprego-para-participantes/18319?inheritRedirect=false>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Pernambuco Que Acolhe. Disponível em: <<http://www.tjpe.jus.br/web/infancia-e-juventude/apadrinhamento/pernambuco-que-acolhe>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Programa De Apadrinhamento - Apadrinhar: Amar e Agir para Realizar Sonhos. Disponível em: <<http://infanciaejuventude.tjrj.jus.br/informacoes/docs/cartilha-apadrinhamento.pdf>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Eu existo e quero ser sua família – Apadrinhamento. Disponível em: <<http://euexistotjrj.jus.br/pt/apadrinhamento/apadrinhamento-provedor>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto Apadrinhar. Disponível em: <<http://jij.tjrs.jus.br/cij.php?pagina=cij-apadrinhar>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Apadrinhando uma História – seja um padrinho ou madrinha de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Disponível em: <<https://www.tjro.jus.br/juizado-infjuv-apadrinhando>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA. Apadrinhamento Afetivo. Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/Crianças-do-abrigo-Pedra-Pintada-serão-as-primeiras-contempladas-com-projeto/31166>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Novos Caminhos. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/web/infancia-e-juventude/acoes-e-projetos/novos-caminhos>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Iniciativas em prol de crianças e adolescentes abrigados em serviços de acolhimento. Disponível em: <<https://tjsp.jus.br/ApadrinhamentoAfetivo>>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO SERGIPE. Programa de Apadrinhamento Ser Humano. Disponível em: <<http://www.tjse.jus.br/infanciaejuventude/acoes-e-projetos/programa-de-apadrinhamento>>

_____. Sílvia de Salvo, **Direito Civil**: Família, 17 ed. – São Paulo: Atlas, 2017.